



45º ANIVERSÁRIO DO PARTIDO SOCIALISTA

PÁGS. 8 A 10



CLARA AZEVEDO

ANTÓNIO COSTA REELEITO LÍDER DO PS

PÁG. 2

25, 26 E 27 MAIO 2018
EXPOSALÃO - BATALHA

CONGRESSO NACIONAL

PORTUGAL MELHOR

NOVAS OPORTUNIDADES

EDUCAÇÃO DE ADULTOS FOI INTERROMPIDA PELA DIREITA

Foi a direita, PSD/CDS, segundo o ministro Vieira da Silva, a única responsável pela “interrupção”, durante quatro anos e meio, do programa Novas Oportunidades, que está agora de novo a “recuperar o défice” provocado pelo anterior Governo nas qualificações de adultos.

FALANDO na sessão de apresentação do relatório elaborado pela OCDE sobre as qualificações de adultos em Portugal, o ministro Vieira da Silva apontou responsabilidades à direita e ao Governo anterior do PSD/CDS pelos défices que hoje se registam nas qualificações dos adultos, considerando que o programa foi “interrompido bruscamente” sem que a direita tivesse criado qualquer alternativa. Para o ministro Vieira da Silva, com esta decisão, o Governo da direita abriu uma “rutura na capacidade” de mobilizar

mulheres e homens para continuarem a educar-se, sem que tivesse na altura encontrado uma alternativa sustentada e exequível àquele programa, o que constitui, ainda segundo o ministro do Trabalho, “um erro grave e um dano sério” para o objetivo estratégico de aumentar as qualificações dos adultos.

Acusando a direita de ter desprezado e interrompido de forma brusca os programas de educação de adultos só porque eram uma iniciativa de um Governo socialista, o ministro Vieira da Silva lembrou



que este é um dos programas que mais falta fazem em Portugal, não só porque a população mais velha “está a ficar para trás” nas qualificações em relação aos mais jovens, como o país, por outro lado, também não se pode esquecer, acrescentou ainda, que na década de setenta Portugal apresentava “taxas de alfabetização que em outros países se verificavam cem anos antes”.

Novo clima

Com a abertura de um novo clima favorável ao regresso

do Programa Novas Oportunidades e à educação de adultos, criou o atual Governo, sustentou o ministro Vieira da Silva, “volta a existir um ambiente favorável” para estratégias de requalificação dos cidadãos, invocando que têm sido as pessoas com mais de 45 anos de idade que têm conseguido sobretudo encontrar emprego nos mais de “300 mil novos postos de trabalho criados nos dois últimos anos”. Também o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, esteve presente nesta sessão de apresentação que de-

correu em Lisboa, no Teatro Thalla, destacando na oportunidade a importância da educação de adultos e referido que o atual Programa Qualifica “pretende recuperar o fio” que o Programa Novas Oportunidades deixou de fazer, dando “um novo ritmo” à educação dos mais velhos, reafirmando, por outro lado, acreditar que haverá “uma base sólida” para o programa poder continuar para lá da atual legislatura, sem que haja de novo qualquer “tipo de interrupção por uma ação política”.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA



GOVERNO QUER REVER O REGIME JURÍDICO DO ASSOCIATIVISMO JOVEM

O Governo apresentou no passado dia 8 de maio, na 12ª Comissão da Assembleia da República, presidida pela deputada socialista, Edite Estrela, uma proposta de revisão do Regime Jurídico do Associativismo Jovem, que agrega associações juvenis e as socioprofissionais, e associações de estudantes e as respetivas federações.

UMA DÉCADA após ter entrado em vigor o Regime Jurídico do Associativismo Jovem, o Governo do primeiro-ministro, António Costa, depois de ter ouvido, em todos os distritos do país, os diversos tecidos associativos jovens e solicitado contributos a todas as organizações integrantes do Conselho Consultivo da Juventude, apresentou na Assembleia da República, na 12ª Comissão Parlamentar, uma proposta de alteração ao anterior regime Jurídico do Associa-

tivismo Jovem, consubstanciada em sete pontos.

Foi no seguimento deste processo de auscultação, levado a efeito pelo Governo, que o Conselho de Ministros aprovou um projeto de proposta de lei, que resultou do equilíbrio das várias posições manifestadas e da experiência de vários dos atores no setor da juventude, projeto que coube ao ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, e ao Secretário de Estado da Juventude e do

Desporto, João Paulo Rebelo, apresentar na Comissão Parlamentar presidida pela deputada socialista Edite Estrela, com o objetivo central de “incrementar a participação e a liderança dos jovens” no seu próprio universo associativo, como refere uma nota do Ministério da Educação.

Uma revisão substancial

Segundo o ministro Tiago Brandão Rodrigues, as propostas de revisão que o Gover-

no apresenta nas alterações ao Regime Jurídico do Associativismo Jovem são substanciais e consubstanciam-se em sete pontos fundamentais: incentivos à constituição de grupos informais e associações juvenis; redefinição dos requisitos de constituição das associações juvenis; determinação de novas isenções e benefícios fiscais para as associações de jovens; criação de uma nova categoria de entidades do universo associa-

tivo jovem; equiparação das associações juvenis sediadas fora do território nacional na candidatura a apoios financeiros; alargamento da possibilidade de acesso, às federações de associações de estudantes, a apoios financeiros anuais; e, finalmente, reforço da fiscalização do cumprimento dos protocolos celebrados entre o Instituto Português do Desporto e da Juventude e as entidades constituintes do movimento associativo jovem. ■



ANTÓNIO COSTA REELEITO LÍDER DO PS

Com cerca de 96% dos votos segundo a Comissão Organizadora do Congresso (COC), António Costa foi reeleito secretário-geral do PS.

DANIEL Adrião obteve cerca de 4% dos votos nestas eleições diretas, durante as quais foram também escolhidos os 1851 delegados ao Congresso Nacional do PS da Batalha, distrito de Leiria, que se realiza de 25 a 27 de maio. Além dos delegados que serão eleitos pelas bases do PS, a reunião magna socialista a realizar-se na Batalha terá ainda delegados inerentes, com direito a voto, por fazerem parte dos órgãos nacionais (Comissão Nacional, Comissão Política e Secretariado Nacional). António Costa, que nas últimas diretas para a liderança do Partido, tinha obtido 95,3% dos votos, contra 2,8% de Daniel Adrião, agradeceu a “forma tão expressiva” como os militantes “renovaram a con-

fiança” na sua liderança e pediu uma “grande mobilização” no Congresso da Batalha. Numa mensagem em vídeo do Youtube colocada no site do PS e nas páginas do Partido, nas redes sociais Facebook e Twitter, Costa deixou também uma “saudação especial” a Daniel Adrião, que com ele disputou a corrida pela liderança do Partido. O líder socialista pediu “uma grande mobilização para uma participação ativa no congresso”. Recordou que os portugueses “aguardam com interesse” pela capacidade do PS para “responder aos quatro grandes desafios estratégicos do país”. Esses reptos são, referiu, as alterações climáticas, o desafio demográfico, a socieda-

de digital e o combate contra as desigualdades, “esse desafio de sempre dos socialistas”, pontualizou. Nesta mensagem, António Costa comprometeu-se também a estar concentrado na execução do programa do Governo, “dia a dia, até ao final da legislatura”. Isto porque, frisou, “temos de ser capazes de pensar o futuro para ter uma boa visão estratégica que enquadre o programa das eleições europeias e o programa eleitoral com que, em outubro de 2019, nos apresentaremos de novo aos portugueses”. E despediu-se, no vídeo de pouco mais de um minuto, com “saudações socialistas deste vosso camarada António Costa”. ■ **MARY RODRIGUES**



Nas eleições diretas de 11 e 12 deste mês, António Costa foi reeleito Secretário-geral do PS com 96% dos votos. Esta vitória esmagadora renova e reforça o apoio à estratégia política seguida pelo PS e pelo governo. Com a moção de orientação estratégica, “**Geração 20/30**”, que vai ser discutida e aprovada no XXII Congresso, António Costa lança quatro desafios que Portugal vai enfrentar e tem de vencer para garantir o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial e social: **alterações climáticas, demografia, sociedade digital e desigualdades**.

Uma vez mais, o PS antecipa e promove o debate sobre os grandes temas da atualidade e ajuda o país a preparar-se para as profundas transformações em todas as dimensões das nossas vidas que as alterações climáticas e a inteligência artificial vão provocar.

O XXII Congresso ocorre no ano em que celebramos os 45 anos do PS, assinalados com a publicação de 45 rostos indissociáveis da história do Partido e de 45 marcas que representam um inestimável contributo socialista para o aperfeiçoamento da nossa democracia e para o progresso do país. Nesta evocação histórica, lugar de destaque para o nosso saudoso fundador, Mário Soares, e para a aprovação da Constituição da República Portuguesa em 2 de abril de 1976.

Decorrida uma boa parte da legislatura, é já possível retirar duas conclusões. Em primeiro lugar, podemos afirmar sem receio de contradição que “**prometemos e cumprimos**”. Refira-se a título de exemplo, a atualização e o aumento extraordinário das pensões; a eliminação da sobretaxa de IRS; o aumento do salário mínimo; os manuais escolares gratuitos para o 1.º ciclo; novas unidades de saúde familiar; o aumento de camas de cuidados continuados; a vinculação de professores... Cumprir os compromissos é sinal de respeito pelos outros e por nós próprios. Como afirmou Bernstein, o reino da democracia é o reino do compromisso.

A segunda conclusão é que **Portugal está melhor**. Os rendimentos das famílias aumentaram 4,7%; o desemprego baixou para níveis de 2004; a economia está a crescer 2,7% e a convergir com a Europa; o investimento aumentou 9,1% em 2017; e há hoje menos 80 mil pessoas em situação de pobreza. Temos boas razões para nos orgulharmos dos bons resultados das opções do governo. A criação de emprego, uma prioridade da ação governativa, resolveu o problema de muitas pessoas e representou uma significativa redução dos encargos do Estado que poupou 448 milhões de euros em subsídios de desemprego e arrecadou 1600 M de euros para a Segurança Social, reduzindo assim o défice orçamental. Mudar as políticas, virar a página da austeridade, devolver rendimentos às famílias, garantir o acesso de todos à saúde e à educação, repor os apoios sociais, combater a precariedade e o desemprego é o que o governo do PS está a fazer para promover o crescimento económico e a criação de emprego e, na senda do desafio lançado por Stiglitz, garantir que os benefícios de tal crescimento serão equitativamente partilhados, na certeza de que “*qualquer programa económico que se foca na classe média é, por natureza, um programa centrado na prosperidade partilhada; e isso significa travar e reverter a tendência da desigualdade crescente*”.

O êxito da governação socialista apoiada pela maioria parlamentar de esquerda é reconhecido nas instâncias internacionais e, implicitamente, pelos partidos da oposição que, na falta de argumentos e com a ajuda dos cúmplices do costume, recorrem a notícias falsas e inventam “casos e casinhos” para desviarem a atenção da sua falta de ideias e outras vulnerabilidades maiores. Nós, socialistas, vamos continuar a servir Portugal e os portugueses. Como disse António Costa, é “**isso que faz, fez e continuará a fazer a história deste grande partido que é o Partido Socialista**”. ■

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

PS DETERMINADO EM EFETIVAR O DIREITO À HABITAÇÃO

O Grupo Parlamentar do PS apresentou no passado dia 19 de abril, na Assembleia da República um projecto de lei de bases para a habitação. Trata-se de uma iniciativa que visa estabelecer uma orientação geral para as políticas públicas dirigidas ao direito à habitação, que, embora esteja consagrado desde 1976 na Constituição da República Portuguesa, ainda não é garantido a todos.

TRATA-SE, como salientou em conferência de imprensa o presidente do Grupo Parlamentar do PS (GPPS), Carlos César, da “primeira lei de bases sobre o direito à habitação quando todos os outros direitos sociais consagrados na Constituição já possuem legislação enquadradora”. “Este projeto de lei de bases vem desenvolver não só conteúdos concretos do que significa uma habitação condigna no Portugal do nosso tempo, mas também procura clarificar responsabilidades que devem caber aos diferentes níveis das administrações públicas, ao nível central, regional e local”, ex-

plicou o Presidente do Partido Socialista.

Esta iniciativa legislativa resulta de um trabalho rigoroso realizado sob a coordenação da deputada Helena Roseta, na sequência do processo participativo promovido pelo Grupo Parlamentar socialista “política de habitação – dar voz aos cidadãos”.

Este diploma “pode e deve ser alterado e melhorado com a contribuição de todos os partidos com representação parlamentar, do próprio Governo e de quem mais com competências ou interesses em razão da matéria puder e desejar contri-

buir”, disse o líder dos deputados socialistas.

O projecto de lei constitui, pois, “um arranque renovado das preocupações do Estado, das preocupações do nosso país, para acudir a tantos e tantos problemas que as famílias portuguesas têm no domínio do seu direito à habitação e da salvaguarda da sua estabilidade e até da sua tranquilidade familiar”, considerou Carlos César.

Por seu lado, a deputada Helena Roseta, que também participou na conferência de imprensa, salientou a função da lei de bases enquanto documento de enquadramento legislativo e político,



JORGE FERREIRA

porque, como ilustrou a deputada socialista, “As políticas da habitação são um grande puzzle e não resolvemos o puzzle só com uma peça, temos de ter as várias peças e nunca houve nenhum diploma em Portugal a dizer quais são as várias peças e como se encaixam”, explicou.

Importa salientar que em matéria de promoção do direito à habitação o Partido Socialista desenvolveu outras iniciativas parlamentares, nomeadamente com a proposta de criação de um regime extraordinário e transitório de proteção de pessoas idosas ou com deficiência, e também a nível do Gover-

no, designadamente, através de propostas de lei que visam corrigir os desequilíbrios no domínio do arrendamento urbano, reforçar a segurança e estabilidade dos arrendatários em situação de especial fragilidade, bem como, implementar mecanismos de diferenciação fiscal no âmbito do arrendamento habitacional de longa duração.

Tal como referiu o presidente do PS, Carlos César, o Partido Socialista está empenhado em “tornar mais efetivo este direito fundamental que se prende com a dignidade das pessoas e das famílias e com a redução das desigualdades”. ■ **CARLA ALVES**

PS AVANÇA COM REGIME TRANSITÓRIO DE PROTEÇÃO DE PESSOAS IDOSAS OU COM DEFICIÊNCIA

O GRUPO parlamentar do PS avançou recentemente com um projeto-lei que estabelece um regime extraordinário e transitório de proteção de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos ou com grau de deficiência igual ou superior a 60% que sejam arrendatários e residam no mesmo local há mais de 15 anos.

O diploma prevê que durante o período transitório até à aprovação do novo quadro legislativo “o senhorio só poderá opor-se à renovação, ou proceder à denúncia, do contrato de arrendamento, nas situações previstas na alínea a) do artigo 1101.º do Código Civil. Ou seja, para dar resposta a necessidade de habitação pelo próprio ou pelos seus descendentes em 1º grau”.

No âmbito da revisão do quadro legislativo das políticas de habitação, justifica-se, na exposição de motivos do diploma, que “importa acautelar, até ao momento da entrada em vigor dos novos dispositivos normativos anunciados pelo Governo e em processo legislativo, que a legislação ainda em vigor não concretiza ou agudiza situações de desproteção em relação a estas categorias de inquilinos”.

A iniciativa legislativa, que tem como primeiro subscritor o líder parlamentar Carlos César, é também assinada pelos deputados Miguel Coelho e Pedro Delgado Alves e pela deputada Helena Roseta, autora da proposta do PS de lei de bases da Habitação.

O projeto-lei do PS será discutido, por arrastamento, no debate na Assembleia da República marcado para dia 4 de Maio. ■

GARANTIR O DIREITO À HABITAÇÃO COM NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS

O Governo quer acabar, nos próximos seis anos, com as situações de carência e precariedade de habitação em Portugal deixados pela “vigência do regime de arrendamento urbano” do anterior Executivo de direita.

NESSE sentido, o Governo socialista liderado por António Costa avançou com um pacote legislativo para implementar uma nova geração de políticas de habitação para responder às carências habitacionais sentidas por numerosas famílias, principalmente, nas grandes cidades como Lisboa e Porto.

Assim, no sentido de garantir que todos têm acesso à habitação, o primeiro-ministro propôs um desafio coletivo para que até às comemorações dos 50 anos do 25 de abril, em 2024, “todos os portugueses uma habitação adequada”, disse o líder do Governo socialista no final da sessão de apresentação do novo pacote legislativo designado “Nova Geração de Políticas de Habitação”.

As novas políticas visam tam-

bém introduzir mecanismos de proteção dos inquilinos idosos e/ou deficientes ou que apresentem mais vulnerabilidades económicas.

A estratégia do Governo para garantir o direito à habitação passa, também, pela implementação de quatro programas denominados: Primeiro Direito, Arrendamento Acessível, Chave na Mão e Da Habitação ao Habitar. O novo pacote legislativo prevê, ainda, a promoção do arrendamento de longa duração, nomeadamente, através da introdução de incentivos fiscais que se poderão traduzir na redução do IMI em 50%, “podendo mesmo chegar aos 100% se a medida tiver o aval das assembleias municipais”, caso os preços sejam inferiores a 20% do valor de referência do

mercado, tal como avançou o primeiro-ministro.

Os proprietários poderão beneficiar, também de um “corte na taxa liberatória sobre as rendas recebidas”, que atualmente é de 28% para a generalidade dos contratos de arrendamento, para 14% no caso dos contratos superiores a 10 anos, e de 10% para os contratos superiores a 20 anos.

A estratégia política para a habitação do Governo visa garantir a coesão social, a justiça e “promover a estabilidade no mercado de arrendamento”, corrigindo, como fez questão de assinalar António Costa, o enorme distúrbio e a assinalável “precariedade” deixados pela “vigência do regime de arrendamento urbano” do anterior Governo de direita. ■



ELZA PAIS REAFIRMA COMPROMISSO COM A IGUALDADE DE GÉNERO

Elza Pais foi reeleita presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) com cerca de 90% dos votos nas eleições que decorreram nos dias 11 e 12 de maio.

A LÍDER desta estrutura do PS agradece a todas as mulheres socialistas que acreditaram no seu projeto e apela a uma grande mobilização em torno das propostas da moção Igual Poder – Novas Lideranças, que vai levar ao 22.º Congresso Nacional do PS, organizada em dois eixos centrais: a paridade nas lideranças políticas e partidárias e políticas de igualdade e não discriminação.

No plano da paridade das lideranças, o DNMS assume como prioridade política a Agenda

da Igualdade, lançada pela ONU por um planeta 50/50 em 2030, comprometendo-se a “responder aos desafios que se colocam a uma sociedade que se quer mais igual e mais justa”.

Na continuidade dos avanços das políticas de paridade aprovadas pelo Governo socialista liderado por António Costa, no plano interno, esta moção preconiza também o reforço da voz das mulheres, aumentando a sua capacidade de influência nos processos de decisão e na constituição

dos órgãos do partido.

No que respeita às políticas de igualdade e não discriminação, esta moção pretende também acompanhar a nova estratégia da Agenda 2030 da ONU, propondo “medidas de futuro para conquistar novos avanços na igualdade e no combate às discriminações em função do género, da orientação sexual, da etnia e da idade”.

Neste sentido, destacam-se as propostas no âmbito da igualdade no mercado de trabalho, da conciliação entre a vida profissional e familiar,

da educação para a cidadania e de combate a qualquer tipo de discriminação e de violência de género, através de uma ampla participação e mobilização de toda a sociedade.

O impacto do processo de revolução tecnológica que estamos a viver, com implicações na economia, no mercado de trabalho e na organização social, é também uma das preocupações desta moção. Neste processo de mudança, a Agenda Digital preconiza a necessidade de “políticas para fazer a transição e criar uma mão-de-

-obra com competências para o futuro, através da educação e do conhecimento, da capacitação, de políticas de formação ao longo da vida que possam incluir todas as gerações no mercado de trabalho”.

Elza Pais reafirma o compromisso político e cívico da sua candidatura para “envolver mulheres e homens, em conjunto, na construção de um projeto de renovação e modernização que promova equilíbrios de género e de poder nos vários domínios da cidadania e ação política”. ■

TERCEIRO ANIVERSÁRIO DE UM JORNAL “ÚNICO E LIVRE”

O Ação Socialista Digital diário assinalou o seu terceiro aniversário com uma participada sessão comemorativa, na sede nacional do Largo do Rato, em Lisboa, a que se associou o Secretário-geral do PS, António Costa.

PERANTE uma plateia que reuniu muitos dirigentes, governantes, convidados e colaboradores do projeto, a diretora do “Ação Socialista”, Edite Estrela, afirmou a ambição de fazer “mais e melhor”, “ousando, inovando e arriscando”, congratulando-se com o caminho percorrido por um projeto “único”. “Somos o único jornal digital partidário digital diário. Há jornais partidários, mas não são digitais nem diários. Há jornais digitais diários, mas não são partidários, embora o possam parecer”, disse, numa nota de bom humor.

Recordando os milhares de notícias publicadas nas 718 edições diárias já realizadas, com o mesmo número de artigos de opinião de 127 diferentes arti-

culistas, Edite Estrela salientou que o AS Digital foi capaz de conquistar leitoras e leitores, afirmando-se como “livre” e aberto “ao debate plural e à controvérsia”.

“O Ação Socialista Digital é único e livre. Tão livre que há quem estranhe tanta liberdade e autonomia”, referiu, sublinhando que “são três anos de que nos orgulhamos”.

Depois, passou em revista alguns olhares que considerou “testemunhos” e que, disse, se por um lado “nos confortam e dão alento, por outro lado, nos responsabilizam e obrigam a reinventar. A sermos mais exigentes. A querermos ir mais longe”.

De Eduardo Ferro Rodrigues destacou a ideia de que, “com

a criação da versão digital do seu órgão central, o PS deu um exemplo de adequação da sua comunicação política aos novos tempos e às novas tecnologias”. Citando Carlos César, Edite Estrela enfatizou que o Ação Socialista Digital “não serve para fazer propaganda a algo ou a alguém”, e sim “para dar nota enxuta do que vai sendo mais relevante e do que pode ou deve ser mais acompanhado na nossa relação com os assuntos do nosso país”.

Com as palavras de Ana Catarina Mendes fez o apelo a “todos os socialistas” para que “ganhem e mantenham o hábito da leitura do ASD (...), reforçando desta forma a comunicação do PS”.

Já no depoimento de António



Correia de Campos sublinhou que o conteúdo do ASD “seleciona o politicamente mais interessante e duplica a visão oficiosa com a independência dos comentários assinados, nem sempre forçosamente coincidentes com a linha política oficial do PS”. Entre os projetos para futuro, Edite Estrela salientou algumas alterações que estão a ser concretizadas para melhorar a acessibilidade e partilha dos conteúdos, facilitando também o acesso ao arquivo, onde os leitores podem encontrar im-

portantes documentos estratégicos do PS e do Governo.

A sessão deu depois lugar a uma entrevista ao Secretário-geral do PS, António Costa, conduzida pela jornalista convidada Maria Elisa, que abordou, à sua escolha, os mais variados temas de atualidade, entre os quais a igualdade de género em cargos públicos, a situação do mercado de trabalho, a educação e as qualificações, a justiça, a saúde, a interioridade e a descentralização territorial, e que foi publicada no AS Digital. ■

ANTÓNIO COSTA CELEBRA PODER DA DEMOCRACIA COM CASA ABERTA

A abertura ao público da residência oficial do primeiro-ministro simboliza a forma como o poder político deve exercer-se em democracia, afirmou António Costa, ao celebrar o Dia da Liberdade.



NA OCASIÃO, perante largas centenas de visitantes que apreciavam os jardins de São Bento, o governante socialista destacou as preocupações do Executivo com a cultura e regiões do interior.

Numa tarde de calor, António Costa apareceu nos festejos das comemorações da revolução de 25 de Abril com um cravo vermelho na lapela, sendo incentivado por alguns populares para entrar na chaimite Bula.

“Os governantes que entraram ali acabaram mal”, explicou, provocando risos à sua volta.

Perante os jornalistas, o líder do Executivo descreveu as iniciativas (e os objetivos a elas ineren-

tes) que iriam desenrolar-se nos jardins da sua residência oficial. “Temos aqui hoje muita coisa, desde música aos produtos regionais, teatro, artes circenses e uma mostra sobre o nosso património imaterial”, disse, acrescentando que “houve a intenção de manifestar a nossa preocupação com as regiões do interior, disponibilizando espaços para a valorização dos seus produtos locais”.

O líder do Executivo falou igualmente sobre a importância que as comemorações do 25 de Abril nos jardins de São Bento dão este ano, novamente, ao património cultural de Portugal, “desde o fado, o cante alenteja-

no, os chocalhos, até aos bonecos de Estremoz”.

“É uma forma de se festejar o 25 de Abril com esta casa aberta, porque é assim o poder em democracia”, enfatizou.

Trabalhar para eternizar a liberdade

Nas palavras que dirigiu aos visitantes, António Costa referiu que, embora Portugal tenha já 44 anos de liberdade pós-25 de Abril, “importa continuar a trabalhar para que essa liberdade seja eterna”.

“Como disse o presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, este ano celebramos pela primeira vez o facto

de a Constituição de 1976 já ter vigorado mais tempo do que a antiga Constituição de 1933 do Estado Novo”, disse Costa, considerando ser este “um bom sinal sobre a vitalidade da democracia”, mas, insistiu: “Temos de continuar a trabalhar para que este nosso regime esteja cada vez mais forte”.

Quanto aos fenómenos do populismo, António Costa admitiu que também a democracia corre riscos de adoecer, defendendo, porém, que Portugal “tem encontrado bons antídotos”.

Neste ponto, voltou a defender a importância de existirem sempre alternativas políticas em democracia, assim como o caráter

fundamental de as promessas serem cumpridas.

Segundo António Costa, “é importante que os cidadãos saibam que, quando estiverem cansados de uma solução política, têm outra alternativa para escolher”.

“Mas também é importante que as pessoas sintam que o poder político as respeita e que os compromissos assumidos são respeitados”, referiu, sublinhando que a ideia de respeitar compromissos é “essencial para dar força à democracia e confiança aos cidadãos”.

“E a confiança é o melhor antídoto contra os populismos”, concluiu o primeiro-ministro.

■ MARY RODRIGUES

EDUCAÇÃO FOI TEMA NA FESTA POPULAR DA DEMOCRACIA

SOB o lema “Educação é revolução”, a Juventude Socialista associou-se à comemoração da Revolução dos Cravos participando nas tradicionais descidas da Avenida da Liberdade e da Avenida dos Aliados, em Lisboa e no Porto, num momento de celebração da conquista da Liberdade e da Democracia, a que se juntaram muitos dirigentes, militantes e simpatizantes socialistas.

Durante as duas marchas, a Juventude Socialista, que contou com a presença de vários dos seus dirigentes, entre os quais o Secretário-geral, Ivan Gonçalves, em Lisboa, fez eco de várias preocupações políticas e sociais, sendo que este ano a sua mensagem central recaiu sobre a educação e o muito que ainda há a cumprir no ensino básico, secundário e no ensino superior. ■



OS SACRIFÍCIOS DAS MULHERES NÃO FORAM EM VÃO

As conquistas das mulheres são também reflexo da revolução de há 44 anos. Foi este o tema central da intervenção da deputada socialista Elza Pais na sessão solene do 25 de Abril, no Parlamento.

“**CELEBRAR** Abril é celebrar a igualdade, esse nobre princípio constitucional para que ninguém fique para trás e acabar com sofrimento humano causado por discriminações intoleráveis”, começou por afirmar, relembrando que “as oportunidades no feminino são bem mais escassas que no masculino”.

“A política não serve para justificar inevitabilidades, serve para abrir caminhos”, advertiu, congratulando-se pela lei da paridade aprovada na generalidade recentemente na Assembleia da República. “Foi agora que aprovámos nesta casa leis que vão permitir às mulheres chegar aos lugares de poder onde se decide”, referiu Elza Pais, para depois esclare-

cer: “As mulheres não precisam de favores, precisam sim que os seus direitos sejam cumpridos”. A deputada socialista acredita que agora, “portugueses e portuguesas encontram no seu país vontade de eliminar desigualdades”.

A socialista não esqueceu, porém, as mulheres que se ergueram quando não lhes era permitido. “Celebrar Abril é recordar as mulheres que viveram pela liberdade, tantas vezes esquecidas pela História, mas que estiverem sempre lá em momentos únicos e decisivos” revelou. “Discursaram, aderiram a causas, correram riscos, foram condenadas, sofreram incompreensões, injúrias e agressões, mas lutaram sempre, sempre,

pela emancipação, pela educação e pela liberdade”, prosseguiu, lembrando os legados de Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher portuguesa, pioneira na Europa, a conquistar o direito ao voto e Maria Barroso, que através da poesia dita, exercia a “denúncia e a participação”.

“Os sacrifícios destas mulheres não, não, foram em vão”, garantiu.

Elza Pais deixou ainda uma palavra aos pais da democracia e agradeceu ainda aos capitães de Abril “por terem feito o sonho acontecer”. “É em nome do meu partido das mulheres e homens do meu grupo parlamentar, que urge hoje e sempre dizer-vos obrigada”, concluiu. ■



JORGE FERREIRA



45º ANIVERSÁRIO DO PS

PS É A FORÇA DO EQUILÍBRIO E DO DIÁLOGO EM PORTUGAL

Perante 1200 militantes e simpatizantes, o Secretário-geral afirmou que o PS tem sido, é e será um fator de equilíbrio e diálogo na sociedade portuguesa.

EM PRESENÇA de 12 fundadores, a quem saudou, um por um, António Costa manifestou “orgulho de toda a história do PS”, que “nos honra todos os dias, desde a liderança do nosso saudoso camarada Mário Soares à liderança do nosso camarada António José Seguro.

No discurso que proferiu no jantar comemorativo do 45º aniversário do Partido Socialista, realizado junto ao Cristo Rei, em Almada, António Costa congratulou-se pela capacidade que o PS tem evidenciado para dialogar e construir consensos no espectro político nacional, visando servir a democracia e o país.

Na ocasião, o líder socialista apontou que, desde que o atual executivo iniciou funções, em novembro de 2015, teve como preocupação central adotar uma combinação de políticas de avanços sociais e de consolidação das finanças públicas.

Sintetizando a linha seguida pelo seu Governo, Costa disse que teve o cuidado e a prudência de “não dar um passo a mais para um lado que desequilibre o outro lado; não estender a mão mais para ali para depois ficarmos com um problema aqui”.

“Temos de dar força ao PS, porque é o fator de equilíbrio, de diálogo, de consenso, de mobilização e de unidade do conjunto da sociedade portuguesa”, venceu, convocando militantes e simpatizantes para darem força ao PS, “porque este campeonato ainda não chegou ao fim”.

Congratulando-se com o acordo político alcançado no passado dia 18 de abril, o Secretário-geral referiu que este vai permitir ao Governo desbloquear aquilo que apresentou desde a primeira hora como a pedra angular da reforma de Estado: a descentralização.

“Graças ao acordo com o PSD, va-

mos poder cumprir o nosso compromisso para com os portugueses de reforçar as competências das freguesias e dos municípios”, reforçou, insistindo no caráter vital de termos o poder mais próximo das pessoas, tornando-o “mais transparente, mais controlado e, sobretudo, mais eficiente”. Antes, António Costa valorizou o paradigma de esquerda ao nível da ação governativa que permitiu chegar a bom porto.

“Temos muito orgulho na excelência da nossa gestão orçamental, na trajetória da nossa política económica e, também, nas medidas de reposição do Estado Social”, declarou.

Mas, ressaltou, “temos muito orgulho nas metas do défice e do crescimento, mas tenho muito mais orgulho naquilo que são os números concretos das pessoas”.

Neste sentido, o líder do PS reivindicou que o seu Executivo, em

dois anos e meio, tirou “80 mil pessoas da pobreza”, cerca 130 mil crianças passaram a beneficiar de um abono de família superior e 288 mil portugueses encontraram emprego.

“Acrescento que cerca de 2,8 milhões de portugueses viram as suas pensões recuperadas e atualizadas”, completou.

Solução estável, que funciona e cumpre compromissos

Depois, defendeu que o Governo socialista derrubou o mito da direita de que a competitividade económica se faz com baixos salários e fragilização dos direitos laborais, frisando que o salário mínimo nacional vai voltar a aumentar em 2019.

E lembrou que o seu Governo, quando foi formado, “teve de derrubar muros, tabus e mitos instalados” na política portuguesa, o primeiro dos quais de

que era impossível um executivo suportado por uma maioria de esquerda.

“Dois anos e meio depois, a solução é estável, funciona e, sobretudo, cumpriu os compromissos com os portugueses”, referiu.

António Costa defendeu ainda que o seu Governo, ao fim de dois anos e meio, “demonstrou que é possível sair das políticas de austeridade, fazendo uma boa gestão orçamental” e, por outro lado, “acabou com o complexo do bom aluno” que “está sempre em silêncio” perante a União Europeia.

Neste ponto, o secretário-geral do PS e primeiro-ministro invocou a tradição universalista do partido fundado na República Federal Alemã, em 1973, mas também outros socialistas portugueses que assumem altos cargos internacionais, como António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas. ■ **MARY RODRIGUES**

PARABÉNS, PS!

MAIS DE 1200 SOCIALISTAS, entre dirigentes, autarcas, governantes, militantes, simpatizantes e alguns dos seus fundadores, estiveram ontem reunidos, num grande jantar de confraternização em Almada, para comemorar os 45 anos do Partido Socialista.

Um grande momento de camaradagem da família socialista, junto ao emblemático espaço do Cristo Rei, onde marcaram presença, entre muitas personalidades, o Secretário-geral, António Costa, o presidente do partido, Carlos César, a Secretária-geral adjunta, Ana Catarina Mendes, e os fundadores Alberto Arons de Carvalho, António Campos, António Reis, Augusto Duarte Roseira, Dieter Dellinger, Jaime Gama, João Gomes, José Leitão, José Neves, Manuel Pedroso Marques, Maria Carolina Tito de Morais, Nuno Godinho de Matos e Rodolfo Crespo.

António Costa entrou na sala ao som da música de Rui Veloso, intitulada “Rock da liberdade”, que foi o hino da campanha presidencial de Mário Soares em 1986,

prestando assim uma homenagem simbólica à memória do fundador e primeiro líder histórico do partido.

A presidente da Câmara de Almada, Inês de Medeiros, anfitriã do encontro, deu depois as boas-vindas aos presentes no jantar, assinalando o “enorme orgulho e responsabilidade” em receber o jantar comemorativo do aniversário socialista, “na primeira vez, em 45 anos de vida, que o PS governa Almada”.

Numa intervenção em percorreu os desafios e a ambição que se colocam ao município, ao PS e ao país, a autarca não esqueceu a figura de Mário Soares, “o melhor de todos nós”, defendendo que é pelo caminho de desenvolvimento e justiça social, fiel aos seus princípios e valores, que o PS se afirma e distingue, hoje e como sempre, perante os portugueses e na sua projeção europeísta.

“O segredo está em sermos fiéis a nós próprios, à nossa identidade de partido de esquerda, democrático e reformista”, afirmou.

A seguir, o fundador do PS António Reis fez uma breve intervenção, durante a qual recordou também Mário

Soares, fazendo uma evocação histórica dos momentos marcantes que originaram a fundação do partido.

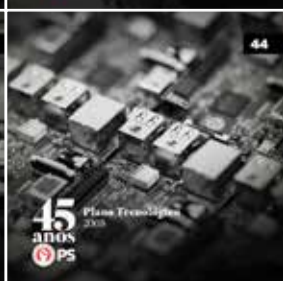
Já após o jantar, o líder da Federação de Setúbal, António Mendes, tomou da palavra, lembrando que o PS esteve na primeira linha da construção da democracia parlamentar, da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, da criação do Estado Social, dos programas de qualificação dos portugueses e na defesa da Segurança Social pública, e deixando um elogio ao atual Secretário-geral e primeiro-ministro.

“António Costa recusou a perspectiva de que não havia alternativa em termos de modelo económico e social”, afirmou, sublinhando que muito se deve à ação do seu líder o PS ser hoje “um oásis na Europa”.

Coube ao Secretário-geral a última intervenção da noite, chamando, depois, todos os fundadores ao palco para se cantarem os parabéns.

“Servir Portugal e servir os portugueses. É isso que faz, fez e continuará a fazer a grande história deste grande partido, que é o Partido Socialista”, proclamou António Costa. ■





PAÍS TEM DADO SALTO MUITO POSITIVO A FAVOR DOS TRABALHADORES

“O que verdadeiramente causa o bloqueio da negociação coletiva não é uma questão da caducidade das convenções, mas sim a possibilidade de uma das partes inviabilizar o processo negocial utilizando essa possibilidade em benefício do seu interesse e em prejuízo do interesse da contraparte”, defendeu a deputada Wanda Guimarães, no Parlamento.

SEGUNDO a parlamentar do PS, com este Governo “temos dado saltos muito positivos a favor dos trabalhadores deste país e do desenvolvimento de Portugal”, saltos estes dados com o apoio dos partidos da esquerda.

No entanto, o Grupo Parlamentar do PS não irá “a reboque da agenda dos outros partidos”, garantiu a vice-presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social. “Não

desvalorizamos a função legislativa do Parlamento, mas também não desvalorizamos outros instrumentos ao nosso dispor”, como a concertação social, frisou a socialista. “Pensamos que é um desperdício não aproveitar as virtualidades da concertação social”, acrescentou.

Wanda Guimarães criticou os sociais-democratas por falarem “tão empolgantemente” da concertação social durante o debate, tendo, porém, se esquecido des-



JORGE FERREIRA

ta quando foram Governo. “Impuseram as 35 horas, tiraram os feriados, cortaram pensões, cortaram salários”, recordou.

Tiago Barbosa Ribeiro sublinha convergência à esquerda e rejeita acordo de fusão

O coordenador dos deputados socialistas na Comissão de Trabalho e Segurança Social, Tiago Barbosa Ribeiro, encerrou o debate em nome do Partido So-

cialista sublinhando que esta discussão “confirma que um acordo de convergência não é um acordo de fusão”, referindo-se aos acordos assinados com os partidos à esquerda do PS.

O deputado acusou ainda PSD e CDS de não perdoarem o caminho de sucesso deste governo, que apoiado por uma maioria parlamentar, tem obtido melhores resultados para os portugueses.

O aumento histórico do salário

mínimo, o programa de combate à precariedade a nova lei de transmissão de estabelecimento, o fim dos cortes no subsídio de desemprego e a reposição dos complementos de pensão aos trabalhadores das empresas do setor público empresarial foram também alguns dos exemplos apontados por Tiago Barbosa Ribeiro como conquistas deste Governo em prol dos trabalhadores.

■ **CATARINA CORREIA**



JORGE FERREIRA

POLÍTICA FISCAL DO GOVERNO AUMENTOU RENDIMENTO DISPONÍVEL DOS PORTUGUESES

O Governo não exigiu aos portugueses qualquer aumento do esforço fiscal, garantiu na comissão parlamentar de Orçamento, Finanças, Modernização Administrativa, o ministro Mário Centeno, referindo que as únicas alterações de política fiscal introduzidas foram no sentido de aumentar o rendimento disponível dos portugueses.

REBATENDO as críticas da oposição de direita, que acusa o Governo de ter subido os impostos, o ministro Mário Centeno lembrou que, apesar de as receitas fiscais terem subido 5%, as contribuições para a Segurança Social terem aumentado 7%, e o PIB nominal, que inclui o efeito da inflação, ter igualmente subido 4,1% entre 2016 e 2017, tal não significa, como assinalou, que tivesse havido “qualquer aumento de impostos”, lembrando a este propósito que, num “quociente, quando o numerador

crece a um ritmo superior ao do denominador, o valor da fração aumenta”, cenário que para o ministro das Finanças explica porque as receitas fiscais e contributivas possam ter contribuído para a subida do indicador da carga fiscal”.

Ora esta equação, segundo o ministro Mário Centeno, ao contrário das críticas da direita, não significa que tenha havido, de todo, um qualquer aumento do esforço fiscal pedido a cada português, salientando que, isso sim, as alterações de política fiscal intro-

duzidas pelo Governo “foram no sentido de aumentar o rendimento disponível dos portugueses” e não de um incremento da carga fiscal, como defendeu um deputado do PSD, a quem o ministro das Finanças acusou de defender uma tese a “roçar a iliteracia financeira e numérica”.

Depois de chamar a atenção para o facto de o Governo ter herdado um “verdadeiro problema financeiro”, lembrando, designadamente, o caso do Novo Banco, que “teve de ser resolvido em apenas 22 dias”, ou os problemas

que envolviam a Caixa Geral de Depósitos que se debatia com um défice de capital, absolutamente “ignorado pelo anterior Governo”, Mário Centeno deu o exemplo do IVA para demonstrar a tese de que não houve de facto “qualquer aumento da carga fiscal”, nem em 2016 nem no ano seguinte.

Aos deputados, Centeno salientou que, apesar de as receitas deste imposto terem crescido 6,1% em 2017, “ninguém com seriedade” pode interpretar este crescimento como um acréscimo da carga fiscal, “quando a redu-

ção do IVA da restauração se fez sentir nos 12 meses”.

O ministro deu ainda outro exemplo, referindo que apesar de o Governo não ter aumentado as taxas sociais, ainda assim, como sublinhou, as contribuições para a Segurança Social registaram um “crescimento superior ao PIB nominal”, lembrando que um dos fatores que contribuíram para que se tivesse registado este crescimento resulta do facto de os rendimentos salariais dos portugueses terem crescido 7,6%.

■ **RUI SOLANO DE ALMEIDA**



REDE DE CUIDADOS PRIMÁRIOS

SNS AINDA MAIS PRÓXIMO DOS PORTUGUESES

“É essencial que a Saúde esteja próxima dos portugueses”, defendeu António Costa, em Leiria, durante a cerimónia de inauguração de duas novas unidades de saúde em Monte Real-Carvide e na freguesia de Cortes.

ENQUADRANDO estas duas novas unidades no conjunto mais vasto dos investimentos que o Governo tem feito nos últimos dois anos na área da saúde, o primeiro-ministro referiu que estes equipamentos de Leiria exemplificam de forma clara, “o esforço de investimento” que o Executivo está a fazer, num total de 113 centros de saúde, que representam, como assinalou, “o maior esforço de investimento na renovação e reconstrução dos cuidados de saúde primários”.

Para António Costa, o ideal é que estes equipamentos de saúde possam estar, dentro de pouco tempo, disseminados pelo território nacional, de forma “racional e equilibrada”, permitindo, por um lado, que as populações disponham de serviços de saúde de proximidade, e, por outro lado, que as pessoas apenas recorram às unidades hospitalares nos ca-

sos “estritamente necessários”. Também os cuidados continuados de saúde mereceram uma especial referência na sua intervenção, garantindo que a promessa que o Governo fez sobre esta matéria, de abertura de 700 novas camas em “cada um dos quatro anos da legislatura”, está a ser alcançado, acrescentando ainda que desde 2015 já entraram mais de 7900 profissionais para o Serviço Nacional de Saúde.

António Costa, que fez questão de elogiar o ministro da Saúde “pela forma como tem gerido o seu ministério”, sustentou que o caminho de responsabilidade que o Governo tem vindo a prosseguir é o único que permite continuar a encontrar as respostas mais adequadas para fortalecer o Serviço Nacional de Saúde, prestando “mais e melhores cuidados de saúde a todos”.

Para António Costa, é falsa a tese de que existe uma escolha alternativa entre saúde e défice, sustentando que Portugal tem de continuar a seguir o caminho da “responsabilidade e do bom senso”, reforçando deste modo a ambição que “temos tido ao longo destes dois anos”, o que na opinião do primeiro-ministro permite, simultaneamente, continuar a “fazer aquilo que temos de fazer”, ou seja, ao mesmo tempo que “apresentamos melhores contas públicas, temos também um melhor SNS e uma melhor escola pública”.

É esta a política que o Governo tem seguido, lembrou ainda o primeiro-ministro, dando o exemplo de que, ao mesmo tempo que está a reduzir de forma clara o défice das contas públicas, está a abrir 700 camas de cuidados continuados por ano e

a contratar mais de 7900 profissionais para o Serviço Nacional de Saúde.

Menos juros, melhores soluções

Ainda segundo o primeiro-ministro, é graças à boa gestão orçamental do Governo, traduzida, designadamente, no baixo défice das contas públicas, que podemos beneficiar de os mercados estarem a cobrar “menos juros” a Portugal. Uma poupança que António Costa garante que “não vai para os cofres do Estado”, mas para reforçar “já este ano” o orçamento de investimento, dos ministérios da Saúde, da Educação e da Cultura.

Para o ministro da Saúde, que acompanhou o primeiro-ministro nestas duas inaugurações das Unidades de Saúde de Leiria, é impensável que possa haver um bom SNS “se o país não estiver

sólido nas contas públicas”, garantindo que o Governo, também neste capítulo, “não vai iludir os portugueses”.

Segundo Adalberto Campos Fernandes, Portugal tem agora “pela frente” 113 novos centros de saúde que “estão neste momento ou a ser lançados ou já em fase de construção”, classificando esta iniciativa como a “maior renovação de sempre da rede de cuidados de saúde primários”.

O titular da pasta da Saúde teve ainda ocasião para recordar que em 2015, quando o Governo iniciou funções, o rácio era de 87% de portugueses com médico de família, enquanto que hoje, em 2018, “estamos a aproximar dos 96%”, reconhecendo que, apesar desta evolução positiva, há ainda trabalho a desenvolver neste campo.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

PS QUER CRIAR REGIME DE PROTEÇÃO NA PRÉ CONCEÇÃO, GRAVIDEZ, PARTO E PUERPÉRIO

O GRUPO Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) elaborou um projeto de lei que estabelece os princípios, direitos e deveres aplicáveis no domínio da prestação de cuidados de saúde em matéria de proteção na pré conceção, na procriação medicamente assistida, na gravidez, no parto, no nascimento e no puerpério. Segundo o documento, cuja primeira subscritora é a deputada do PS Catarina Marcelino, Portugal tem registado uma acentuada melhoria na saúde materna e obstétrica e na saúde infantil, já que os principais indicadores de saúde nestes domínios atingiram valores que são dos melhores a nível europeu e até mesmo mundial.

Tal facto deve-se, em grande medida, “ao desenvolvimento que tem vindo a verificar-se na prestação de cui-

dados quanto à pré conceção, vigilância durante a gravidez, acompanhamento no parto, no nascimento e no puerpério, assim como no que se refere a vigilância em saúde infantil e juvenil, em particular durante o primeiro ano de vida”, explicam os parlamentares.

As melhorias verificadas devem-se também aos artigos da Constituição da República Portuguesa que asseguram que mães e pais têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação à orientação aos filhos, que a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes, que as mulheres têm direito a especial proteção durante a gravidez e após o parto e que existe igualdade de direitos e deveres de ambos os cônjuges quanto à capacidade civil e política e à educação dos filhos.

No mesmo sentido, os socialistas frisam a “produção legislativa e documentos orientadores posteriores em matéria de saúde sexual e reprodutiva e saúde infantil e juvenil, que vieram permitir orientar e regular a intervenção dos serviços de saúde nestes domínios, nomeadamente a nível do Serviço Nacional de Saúde”.

Porém, o apoio qualificado que mulheres, homens e casais “solicitam para a concretização do seu projeto reprodutivo diz respeito igualmente ao planeamento da gravidez, tanto no que se refere à utilização de contraceção, como ao aconselhamento pré-concepcional, ao acompanhamento, cuidados antepartórios e preparação para o parto, ao nascimento e exercício da parentalidade, ao acompanhamento durante o puerpério e à vigilância do crescimento, desenvolvimento e alimentação da criança nos primeiros meses de vida”, defendem.

Assim, para além de se criar condições para a consolidação das melhores práticas em cada um dos domínios da intervenção técnica em saúde sexual e reprodutiva e saúde infantil, o GPPS quer que se assegure às mulheres, aos homens e aos casais os requisitos necessários ao exercício pleno da cidadania, no que respeita ao contacto com os serviços de saúde, à relação que estabelecem com os profissionais de saúde que lhes prestam cuidados e ainda à prática do consentimento livre e esclarecido. ■ CATARINA CORREIA

PROGRAMA DE ESTABILIDADE GOVERNO ESTÁ A “PREPARAR UM FUTURO MAIS SEGURO”



JORGE FERREIRA

“O Programa de Estabilidade, sendo cauteloso e previdente nas finanças públicas, assegura, mais uma vez, uma trajetória de acentuação das garantias sociais e afiança o melhor desempenho económico e financeiro de longas décadas, escolhendo a despesa social e economicamente produtiva e o investimento em setores e serviços públicos essenciais”, defendeu, no Parlamento, o presidente da bancada parlamentar do PS no encerramento do debate sobre o Programa de Estabilidade e o Plano Nacional de Reformas.

SEGUNDO Carlos César, “o país depauperado que recebemos em 2015 é um país que está a ser recuperado e prestigiado; os portugueses, que viviam em desânimo, estão agora esperançados e empenhados; e o país e os portugueses, que estamos a servir, ganharam com o Governo que a oposição vaticinava que os ia fazer perder”.

O líder parlamentar socialista referiu que o Programa de Estabilidade e o Plano de Reformas, que foram debatidos, “com as correções decorrentes dos resultados obtidos e com as atualizações necessárias”, consolidam o excelente percurso que o país tem feito “e reconfirmam-no na forma e no ritmo para o prosseguir”.

“Um percurso com sucesso, mas um percurso ainda incompleto”, admitiu Carlos César, “porque

são ainda muitas as insuficiências e os constrangimentos, por exemplo no desempenho das administrações e dos sistemas públicos, na concretização dos direitos laborais, nos níveis de produtividade e de qualificações da população ativa, nas competências tecnológicas e digitais, no excessivo endividamento público e privado, na condição ainda frágil do setor empresarial financeiro – que temos vindo a melhorar –, ou na persistência de níveis elevados de pobreza e desigualdade na distribuição de rendimentos”.

Sucessos do Governo são reconhecidos

“A economia cresceu, apesar da descrença da oposição; o emprego aumentou, ao contrário do que dizia a direita; as desigualdades diminuíram, mesmo

com o desinteresse do CDS e do PSD; as facilidades encontradas pelo país, pelas suas empresas e no crédito no exterior tornaram-se maiores”, congratulou-se o também presidente do Partido Socialista.

Carlos César não deixou de lembrar às bancadas da oposição que os consumidores e os agentes económicos mostram a maior confiança das últimas décadas, “uma confiança nas condições sociais e económicas do seu país e, justamente por isso, uma confiança no Governo que as tem vindo a criar”.

“Temos um emprego a crescer sustentadamente acima dos 3%, desde o início do ano passado, e ao dobro do ritmo da Europa”. Ora, Carlos César explicou que tudo isto se deve ao Governo do PS, porque tem “governado bem”, porque soube “dialo-

gar com todos e, em particular, preservar o entendimento com os partidos que aprovaram a investidura e a política orçamental deste Governo”.

O líder parlamentar do PS sublinhou ainda que estes partidos – BE, PCP e PEV – têm reservas “sobre as políticas do Governo de redução do défice e de gestão da dívida na ótica das regras e dos compromissos europeus”, não sendo uma “novidade” para ninguém. “Conhecemos e convivemos com essas diferenças, mas achamos que os nossos cuidados são o salvo-conduto do bom caminho que estamos a fazer”, asseverou.

“O PS está comprometido com a convergência da esquerda portuguesa numa agenda que integra as pirações históricas e atuais de combate às desigualdades, de modernização e de

sustentabilidade, de coesão interna e europeia, e da qual têm resultado benefícios transversais na sociedade portuguesa”, garantiu no Parlamento.

Carlos César esclareceu que, como haverá mais economia, mais emprego e mais poupança no serviço da dívida, o país terá, “ao contrário do que alguns dizem” – numa referência ao ceticismo da direita –, “mais investimento na saúde, na qualificação e na inovação, na justiça, nos transportes, nas infraestruturas”. “O investimento público, no horizonte 2018-2022, manterá a dinâmica do crescimento. Com o apoio dos fundos estruturais, serão alavancados investimentos estruturantes em todo o país num valor estimado superior a sete mil milhões de euros”, assegurou. ■ **CATARINA CORREIA**

AUTONOMIA E DESCENTRALIZAÇÃO

INVESTIR NA EDUCAÇÃO É A GRANDE MENSAGEM PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Para se ter trabalhadores mais preparados e qualificados profissionalmente, mas também “melhores empresas e melhores empregos”, a grande mensagem para os próximos anos é o “investimento na educação”, defendeu o primeiro-ministro na cidade do Porto.

FALANDO no Porto, no âmbito do “Roteiro Educação-Inovação”, depois de ter presidido à assinatura de um protocolo para a reabilitação da escola secundária Alexandre Herculano, o primeiro-ministro alertou que o país tem de ter “bons edifícios escolares e boas práticas pedagógicas”, considerando estes aspetos fundamentais para que Portugal possa dispor, nos próximos anos, dos “melhores recursos humanos”, que ajudem a atrair as melhores empresas e os empregos mais qualificados. Para António Costa, investir na

Educação, aumentando a exigência nas boas práticas pedagógicas a par de políticas ativas de reabilitação dos edifícios escolares, significa, como salientou, “continuar a apostar na qualificação dos portugueses”, garantindo ser este um dos objetivos prioritários do Governo que lidera.

Descentralizar é progresso

Referindo-se concretamente à questão da reabilitação do antigo liceu, instalado num edifício da autoria do arquiteto portuense, Marques da Silva, uma inicia-

tiva de colaboração que junta o Governo à Câmara Municipal do Porto nas obras de requalificação do edifício, obra orçada em sete milhões de euros, António Costa assumiu que este acordo, para além de mostrar que a “descentralização é um progresso”, vem também provar, como adiantou, que este é um “excelente exemplo” de que, trabalhando em conjunto, o “Estado e as autarquias podem fazer mais e melhor”.

Prometendo que a obra começará “tão rapidamente quanto o Tribunal de Contas permitir”, o primei-

ro-ministro deixou igualmente a certeza durante a sua intervenção que a descentralização, “também na educação”, não só não representa “nenhuma ameaça” para a estabilidade do Estado, como é indubitavelmente, como salientou, um passo sólido em direção ao progresso do país.

O primeiro-ministro, António Costa, lembrou ainda que o acordo estabelecido para a requalificação da escola secundária Alexandre Herculano, orçado em sete milhões de euros, institui a mobilização de 5,1 milhões de euros de fundos comunitários,

sendo a contrapartida pública dividida em partes iguais, entre o Ministério da Educação (ME) e a Câmara Municipal do Porto, cabendo ao ME entregar ao município 950 mil euros, “correspondente a metade da contrapartida pública nacional”, suportando a “autarquia o remanescente”.

António Costa defendeu ainda que uma maior autonomia das escolas e mais descentralização para os municípios representa um “casamento perfeito” para a escola que “precisamos ter no século XXI”.

■ **RUI SOLANO DE ALMEIDA**



A COMISSÃO Europeia e o Governo português, representado pelo primeiro-ministro, António Costa, acordaram em Bruxelas, a implantação em Portugal de um projeto-piloto direcionado para melhorar, não só o sistema de formação e educação vocacional para jovens, mas também voltado para a educação de adultos, de forma a reforçar as qualificações de grande parte da população ativa em Portugal.

No seguimento da proposta que a Comissão Europeia apresentou em dezembro passado, no quadro do aprofundamento da União Económica e Monetária, de criação de um instrumento de apoio às reformas para o período pós-2020, medida que vai ao encontro do que é defendido pelo Governo português, tendo em vista a criação na zona euro de uma capacidade or-

çamental própria, a Comissão Europeia e Portugal decidiram agora, com a assinatura deste projeto-piloto, "avançar com este teste ao mecanismo sugerido em dezembro por Bruxelas".

Para o primeiro-ministro, António Costa, trata-se de um projeto-piloto onde quer portugueses, quer a própria Comissão Europeia, "têm vontade de demonstrar que este é o caminho e a metodologia a seguir", para o pós-2020, no pressuposto, como acrescentou, de que possa haver, "numa base contratualizada", com metas, objetivos e calendários pré-fixados, "financiamento de investimentos que ajudem a reforçar a convivência entre todos os países da União Europeia".

Falando à margem do Conselho Europeu, António Costa salientou que este acordo se reveste

PORTUGAL E COMISSÃO EUROPEIA

PROJETO-PILOTO PARA FOMENTAR AS QUALIFICAÇÕES NO PAÍS

O líder da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e o primeiro-ministro, António Costa, assinaram em Bruxelas, à margem do Conselho Europeu, um acordo para um projeto-piloto a ser implantado em Portugal dirigido para a aprendizagem dos mais novos, e ao reforço da formação de adultos, designadamente em competências digitais.

de particular interesse para Portugal, lembrando a propósito que ele incide e concentra a sua ação, "num dos mais graves problemas estruturais do país", que tem a ver, como realçou, com o nível relativamente baixo das qualificações de parte significativa dos portugueses, lembrando que esta iniciativa recai na aprendizagem, não só dos jovens, mas também na formação ao longo da vida dos desempregados de longa duração ou ainda "sobre os ativos que carecem de requalificações e no desenvolvimento das competências digitais".

Segundo o primeiro-ministro, esta iniciativa sendo "muito positiva", representa apenas "a semente de uma capacidade orçamental centrada no financiamento de investimentos", que na sua perspetiva, como aludiu, vai permitir de futu-

ro, "financiar verdadeiras reformas estruturais".

Modernizar o sistema de educação

Também o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, presente neste encontro com os jornalistas, se pronunciou sobre esta iniciativa, afirmando que teve todo o prazer de lançar este projeto-piloto de reformas ao lado do seu "amigo António Costa", um projeto, como acentuou, que visa "modernizar o sistema de educação e de formação profissional em Portugal, dando mais e melhor acesso a novas competências numéricas".

Segundo Juncker, com o lançamento deste projeto, "inauguramos uma nova ferramenta de ajuda à implementação de reformas", afirmando estar "encantado por

Portugal ser o precursor deste novo instrumento".

Tal como António Costa anunciou, a área escolhida para este projeto-piloto, que deverá ser levado a cabo entre 2018 e 2020, orçado em cerca de 246 milhões de euros, está em linha com o Programa Nacional de Reformas que o Governo português apresentou ao país e em Bruxelas, e ao encontro igualmente "das recomendações específicas por país" e que tem por objetivo "melhorar de forma significativa o sistema de formação e educação vocacional, incluindo a educação de adultos, e desse modo contribuir para dar resposta aos desafios das qualificações de uma parte significativa da força de trabalho de Portugal", ajudando, igualmente, como referiu, a "melhorar a competitividade da economia". ■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

POLÍTICA DE COESÃO É ESSENCIAL PARA CONSTRUIR UMA EUROPA PRÓXIMA DOS CIDADÃOS

A POLÍTICA de coesão é o instrumento "que mais aproxima a Europa dos cidadãos", defendeu ontem em Bruxelas o primeiro-ministro, numa iniciativa do canal televisivo europeu Euronews, sustentando António Costa que mesmo nos tempos mais agudos da crise, "foi esta política que permitiu sustentar um mínimo de investimento público em Portugal".

Para assinalar o 30º aniversário da política de coesão, a Comissão Europeia convidou o primeiro-ministro português, António Costa e o presidente do Parlamento Europeu, o italiano Antonio Tajani, para um 'talk-show' no canal televisivo europeu Euronews, onde se debateu o sucesso passado e presente da política de coesão.

Para o primeiro-ministro, a política de coesão tem sido determinante para o aumento da qualida-

de de vida das populações e para a sustentabilidade da economia dos países da União Europeia, dando o exemplo de Portugal, onde nos anos da crise, como recordou, foi decisiva para "sustentar um mínimo de investimento público no país", lembrando a propósito António Costa que "85% do investimento público em Portugal é financiado por fundos comunitários", o que significa, como admitiu, que "sem a política de coesão o nosso crescimento económico não poderia ser aquele que tem sido".

Mesmo deparando-se com um conjunto de adversidades, desde logo "com muitas dificuldades económicas", uma certa complexidade em se "ambientar a um novo quadro competitivo", com o euro, mas também "com o alargamento e com a globalização", Portugal, garantiu o primeiro-ministro,

tem conseguido ao longo destas três décadas dar passos firmes no sentido de uma maior integração europeia, económica e social, graças, nomeadamente, ao contributo "decisivo da política de coesão", que tem sido um instrumento fundamental, como referiu, para transformar Portugal num país "mais desenvolvido e, sobretudo, mais coeso", em áreas como as qualificações, a redução da mortalidade infantil, uma das mais baixas do mundo, ou em relação à evolução das infraestruturas.

Crise e ajustamento

Graças à política de coesão europeia, sustentou ainda o primeiro-ministro nesta conversa televisiva na Euronews, foi possível verificar que "mesmo nos anos de crise e ajustamento" houve uma redução do abandono escolar pre-

coce de 35% para 12,6%, enquanto que a população entre os 30 e 34 anos com acesso ao ensino superior "cresceu praticamente o dobro, de 17,5 para 35%".

Perante exemplos como estes, que provam, de forma inofismável, o papel determinante que a política de coesão tem desempenhado não só em Portugal, mas igualmente nos restantes países da União Europeia, António Costa lamenta que se "fale insistentemente" na possibilidade de cortes na política de coesão no futuro quadro financeiro plurianual da União Europeia, pós 2020, devido à saída do Reino Unido, "um dos maiores contribuintes para os cofres da União Europeia", lembrando a este propósito a tese que tem vindo a defender de aumento das contribuições dos vários países da UE para o orçamen-

to comunitário, referindo António Costa que os novos desafios e prioridades que estão colocados "não podem ser construídos à custa da política de coesão", porque "não podemos construir a Europa do futuro estragando o que de bom a Europa já provou ter no passado".

Neste 'talk-show' televisivo na Euronews, participou, para além do presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, a comissária europeia da Política Regional, Corina Cretu, que elogiou Portugal, afirmando ser "um muito bom exemplo da forma como utiliza os fundos comunitários", destacando a taxa de execução portuguesa, tendo ainda referido que Portugal é um país que "é muito bom a gastar, mas a gastar em programas de grande qualidade".

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

ANTÓNIO COSTA INCITA EMPRESÁRIOS CANADIANOS A INVESTIREM EM PORTUGAL

O primeiro-ministro desafiou os investidores e empresários canadianos a investirem na economia portuguesa, garantindo que o Governo português, pelo seu lado, tudo está a fazer para apoiar as empresas nacionais no processo de internacionalização.



FALANDO aos jornalistas no final de visita que efetuou à empresa portuguesa Frulact, que tem sede no concelho da Maia, distrito do Porto e que há cerca de um ano abriu uma unidade fabril de iogurtes em Kingston, no Estado do Ontário, António Costa, depois de garantir que o Executivo que lidera vai continuar a apostar fortemente na internacionalização das empresas nacionais, referiu a história desta empresa nortenha como um “paradigma de empreendedorismo” e um exemplo de como Portugal e muitas das suas empresas estão hoje preparadas e dimensionadas para “estarem presentes em mercados muito exigentes e competitivos”.

Para António Costa, o novo acordo de livre comércio que a União Europeia assinou em setembro do ano passado com o Canadá, o CETA, é outro dos instrumentos que vão “certamente facilitar”, como acentuou, a promoção do intercâmbio entre os dois lados do Atlântico, lembrando que o Governo que lidera tem “apostado fortemente” no processo de modernização e de internacionalização da economia, sendo agora a altura certa, como assumiu, para que os investidores e empresários canadianos, “que já conhecem a nossa comunidade residente no país”, descubram Portugal e a sua economia.

Também o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, se

pronunciou ao lado de António Costa, numa conferência de imprensa conjunta, sobre o tratado de comércio livre CETA, lembrando que o Canadá e Portugal “têm uma longa história em defesa do livre comércio, através dos oceanos e do mundo”, afirmando-se orgulhoso pelo facto de o seu país ter “fechado o acordo de livre comércio com a

União Europeia”.

Um acordo em que tanto António Costa como Justin Trudeau mostram estar em sintonia, referindo ambos os dirigentes políticos, que o CETA já demonstrou ter a abertura suficiente para poder incluir “outros blocos regionais” e de dispor de uma flexibilidade e de uma capacidade bastante, capaz de

transferir benefícios para todos de forma equitativa e equilibrada, como admitiu.

Ainda sobre o CETA, o primeiro-ministro português manifestou convicção de que vai gerar crescimento nos dois lados do Atlântico, através do “incremento do comércio e dos investimentos”, em particular, como realçou, no que diz respeito “às empresas ‘startup’ e às áreas da tecnologia de informação e comunicação”, mas também, como referiu ainda, noutros setores, como a agricultura, tecnologias limpas e renováveis, “bem como nas indústrias aeronáuticas”.

Acordo sobre Segurança Social

Entretanto, os dois primeiros-ministros, António Costa e Justin Trudeau, tinham assinado três compromissos bilaterais, considerados por ambos como acordos “novos e iminentes”, sendo um deles referente à atualização da cooperação na área da Segurança Social, matéria que há muito é reivindicada pela numerosa comunidade portuguesa residente naquele país da América do Norte, tendo os dois líderes assumido o compromisso de finalizar e de celebrar este novo acordo “com a maior brevidade possível”, para “continuar a salvaguardar a proteção social dos rendimentos e promover o comércio e o investimento”.

Os outros compromissos assu-

midos por António Costa e Justin Trudeau respeitam o “empenho e o compromisso” de ambos os países em relação à NATO, à defesa do comércio livre, à paz e à segurança dos oceanos.

Além destes acordos, os dois primeiros-ministros assinaram também um memorando de entendimento sobre mobilidade juvenil, onde se prevê a abertura de canais adicionais de intercâmbio entre jovens canadianos e portugueses, entre os 18 e os 35 anos de idade.

Uma luta a dois

No final deste encontro conjunto perante a comunicação social, o líder do Executivo canadiano referiu-se à imigração, assunto que garantiu o seu Governo “leva muito a sério”, reconhecendo que o Canadá “continua a ser muito apelativo em termos de migrações”, um país que, na opinião de Justin Trudeau, transmite “confiança” e que baseia o seu sistema político “em regras, leis e princípios”. A propósito da imigração, o primeiro-ministro, António Costa, referiu-se à comunidade portuguesa ali residente, que hoje totaliza perto de 480 mil pessoas, manifestando satisfação por ser uma comunidade que é “merecedora de uma grata admiração” por parte das autoridades canadianas, apelando a que continuem a desempenhar um papel ativo na vida política, económica e social do Canadá.

■ RUI SOLANO DE ALMEIDA

NOVO ESPAÇO PARA ESTUDO DO PORTUGUÊS ABRE EM TORONTO

FOI DADO mais um passo para continuar a valorizar a cultura nacional no mundo: o Centro de Estudos da Língua e da Cultura Portuguesa já tem um espaço próprio na Universidade de Toronto, conforme anunciou o primeiro-ministro, ao culminar a sua viagem oficial ao Canadá.

Durante uma receção com a comunidade portuguesa, António Costa anunciou que “foi criado na Universidade de Toronto o Centro de Estudos da Língua e da Cultura Portuguesa”. O líder do executivo português considerou que esta é “mais uma medida para estreitar as relações bilaterais entre Portugal e o Canadá”, afirmando tratar-se de “um trabalho que temos de continuar”.

Refira-se que o Centro da Língua Portuguesa esteve a funcionar sem espaço físico próprio, mas, por parte das autoridades nacionais, é encarado como uma instituição que “pode ser autossuficiente do ponto de vista financeiro e gerador de receita”.

Além das aulas em língua portuguesa, o centro oferece um programa diversificado de atividades culturais que se dirigem aos alunos do programa de estudos portugueses da Universidade de Toronto, como também a um público mais abrangente.

Assim, e segundo o Governo português, este centro adquire uma maior visibilidade no seu objetivo de promoção e ensino da língua portuguesa, sendo o único existente em território canadiano. ■ MARY RODRIGUES

BREVES



CONTINUAR O CAMINHO DA MELHORIA DE VIDA DOS TRABALHADORES

O AUMENTO de rendimentos dos trabalhadores é para continuar no próximo ano e meio, afirmou a secretária-geral adjunta do Partido Socialista, Ana Catarina Mendes.

“O que queremos fazer no próximo ano é continuar o caminho da melhoria de vida dos nossos trabalhadores”, declarou a secretária-geral adjunta antes do início da manifestação do 1.º de Maio, em Lisboa.

Ana Catarina Mendes lembrou que o Governo socialista tem sido capaz de aumentar salários e pensões e de reduzir o défice orçamental e a dívida, apesar de ser impossível “dar todos os passos ao mesmo tempo”.

A dirigente socialista considerou é preciso resolver os problemas que subsistem, salientando que o Governo tem travado “um combate permanente” contra a precariedade laboral e que o Executivo de António Costa está empenhado em resolver o problema até “ao final deste ano”. ■

PS QUER DAR MAIS DIREITOS ÀS FAMÍLIAS QUE ACOLHEM JOVENS E CRIANÇAS EM RISCO

O GRUPO Parlamentar do PS pretende alterar o Regime de Execução do Acolhimento Familiar por forma a dar mais direitos às famílias de acolhimento de jovens e crianças em risco.

A proposta apresentada no Parlamento, no dia 11 de maio, propõe a dedução fiscal das despesas relacionadas com o acolhimento de crianças e jovens, assim como o reconhecimento de direitos laborais, nomeadamente, a justificação de faltas para assistência à família.

Esta iniciativa visa reconhecer o importante papel social que estas famílias desempenham na sociedade e, também, colmatar as lacunas da atual lei apresenta.

“Na verdade, não reconhecer – como a lei hoje não reconhece – àqueles que se predisponham a acolher crianças ou jovens, sem nada receberem por isso, que as despesas por si suportadas com esse acolhimento não possam ser, nomeadamente, fiscalmente dedutíveis, corresponde, na prática, a fazer tais pessoas ou famílias pagarem para desempenhar um tão relevante papel social”, lê-se no projeto de lei socialista. ■



DESEMPREGO EM PORTUGAL É O MAIS BAIXO EM 14 ANOS

O NÚMERO de pessoas desempregadas baixou os 400 mil, algo que sucede pela primeira vez desde há quase 14 anos. Por seu lado, o emprego em Portugal aumentou e aproximou-se da média da UE.

Os números do INE, referentes a fevereiro e março deste ano, apontam para uma baixa assinalável do desemprego em Portugal, o que, segundo o ministro do Trabalho, Vieira da Silva, reflete o “dinamismo muito positivo do mercado de trabalho” em Portugal.

De acordo com os dados do INE, foram 400 mil as pessoas que saíram da situação de desemprego. Este cenário significa uma taxa de desem-

prego de 7,6%, o que representa o valor mais baixo desde abril de 2004. Isto, enquanto que o emprego “continua a crescer mais do que a diminuição do desemprego”, disse Vieira da Silva, que salientou que estes valores reforçam a tendência de aproximação de Portugal à União Europeia. Os indicadores do emprego revelam que “há muitas dezenas de milhares de portugueses que têm entrado para o mercado de trabalho”, o que significa, segundo o ministro, que a “economia está de facto a criar novas possibilidades e novas oportunidades para os jovens e pessoas adultas”.

Face a esta evolução, o governante considerou que há a possibilidade de, nesta legislatura, se atingir os “300 mil postos de trabalho líquidos”, o que será um feito “extremamente positivo” e que vem mostrar que existe uma nova e renovada dinâmica de crescimento económico “rico em emprego”, disse o ministro. ■



ACORDOS ENTRE O GOVERNO E O PSD SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO E FUNDOS EUROPEUS

O Governo e o principal partido da oposição estabeleceram um acordo político sobre a descentralização de competências da administração central para as autarquias locais e, também, sobre o próximo quadro financeiro plurianual da União Europeia.

Após o encontro com o presidente do PSD, Rui Rio, que teve lugar no dia 18 de abril, em São Bento, o primeiro-ministro, António Costa, lembrou que do programa do Governo “consta que em matérias estruturantes como a reforma do Estado, ou que transcendem o horizonte de legislatura, deve haver acordos políticos alargados”.

Os acordos estabelecidos com a nova direção social-democrata não interferem com a solução de Governo que o PS tem com os seus parceiros parlamentares (Bloco de Esquerda, PCP e PEV), visto que estes compromissos “têm esta natureza específica com as posições conjuntas na base das quais se formou uma maioria neste parlamento que viabilizou este Governo. Essa é uma maioria que permitiu uma viragem política que tem produzido bons resultados e que só temos boas razões para darmos continuidade”, salientou o primeiro-ministro no debate quinzenal no Parlamento, em 18 de abril. ■



DESCIDA DOS PREÇOS DO GÁS REFORÇA PODER DE COMPRA DAS FAMÍLIAS

O GOVERNO propõe-se descer os preços do gás. Assim, os preços do gás natural descem para os consumidores domésticos pelo terceiro ano consecutivo.

A descida dos preços do gás constitui um contributo para o reforço do poder de compra das famílias e para o aumento da competitividade das empresas portuguesas.

A descida média de 0,2% para as famílias que se mantêm no mercado regulado é uma “poupança reforçada, em termos reais, pelo efeito da inflação”, informou o ministério da Economia, que aceitou a proposta da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

O Governo salienta “igualmente a significativa diminuição generalizada, a partir de 1 de julho, das tarifas de acesso às redes, com destaque para as tarifas em alta pressão, -49,7%”.

“Desde que este Governo iniciou funções há uma tendência de descida dos preços da energia que é extensível à eletricidade e que resulta do conjunto de medidas adotadas para travar os custos em duas áreas consideradas estratégicas para a economia nacional”, destacou o Ministério da Economia.

O Governo recorda ainda as medidas já tomadas de apoio aos clientes mais carenciados, como a manutenção do desconto de -31,2% da tarifa social do gás, abrangendo cerca de 35 mil clientes, e o desconto de 33,8% na tarifa da eletricidade, que abrange mais de 800 mil consumidores. ■

O CONGRESSO

JOSÉ MANUEL
DOS SANTOS



Cada palavra que existe no mundo tem a sua voz, abre o seu espaço, ganha o seu peso, promete o seu significado. Desde os tempos em que a palavra se criou em latim, *congresso* quer dizer juntar, encontrar, reunir (re-unir, unir de novo), comungar (ter em comum), comunicar (pôr em comum). Com esta palavra como título e motivo, Jorge Luis Borges escreveu um conto - *O Congresso* -, no qual dá ao mundo a nossa vontade dele.

Reunir um *congresso* é juntar para fazer contas à vida – à nossa e à dos outros. É querer atravessar as cinzas frias da inércia e da indiferença, da descrença e do desencanto, do desânimo e da desistência, para se poder chegar ao centro onde o calor se oculta, se contém e se contagia. É desejar dar firmeza ao que afrouxou, vida ao que se desvitalizou, vigor ao que o perdeu ou não o teve. É conceder maior ambição à exigência e levar mais exigência à ambição.

Para um partido democrático e de esquerda como o PS, um *congresso* deve ser a hora certa do reencontro e também do desencontro. Do reencontro com as origens, a nossa identidade e a história dela, com os cidadãos (o Povo, dizia-se) que dão sentido ao que somos e destino ao que fazemos.

Mas deve ser também a hora do desencontro com o que, nessa história, mostrou ser a tentação da infidelidade aos princípios e a armadilha da cedência ao pensamento único e às modas ideológicas, altivas e dominadoras, que o testemunham, feitas de dogmatismo político, prepotência doutrinária, sedução comunicacional, cumplicidade mediática, determinismo económico e ardil moral.

Devemos ter consciência de que o socialismo democrático sofreu, nas últimas décadas, uma erosão, uma descaracterização e uma desclassificação que tantas vezes o tornaram, na melhor das hipóteses, aquilo que já não se sabe o que é; e, na pior, o que, infelizmente, sabemos que não devia ser. A essa descaracterização devem ser dados os nomes de tibieza, tergiversação e, às vezes, traição. Essa tem sido uma experiência terrível de que não devemos ausentar a nossa atenção acesa e o nosso juízo crítico, tirando da consciência dela ensinamentos e prevenções, avaliações e avisos.

Devemos também ter consciência de que a política foi cercada por tudo o que a quer anular, neutralizar, esterilizar, capturar, cercear, domesticar, domar, dominar, transformando-a numa potência sem acto, numa face sem cor, numa voz sem timbre, numa sombra sem sol, numa sub-

“

Reunir um congresso é juntar para fazer contas à vida – à nossa e à dos outros. É querer atravessar as cinzas frias da inércia e da indiferença, da descrença e do desencanto, do desânimo e da desistência, para se poder chegar ao centro onde o calor se oculta, se contém e se contagia. É desejar dar firmeza ao que afrouxou, vida ao que se desvitalizou, vigor ao que o perdeu ou não o teve. É conceder maior ambição à exigência e levar mais exigência à ambição

”

missão sem fuga, numa inevitabilidade sem escolha, numa hegemonia sem autonomia, numa imposição sem alternativa, numa constrição sem liberdade, num subproduto sem origem, numa contrafacção sem autenticidade. A isso é inadiável opor a persistência da resistência, a verticalidade da vontade, a integridade da independência, a dignidade da decisão, a soberania do interesse geral, a firmeza da lei moral.

No momento em que tudo muda, é imperioso que o socialismo democrático (ou a social democracia) responda à mudança não apenas com um pensamento novo sobre o mundo, mas com um novo pensamento sobre si-próprio. Para o fazer, é vital que saiba o que foi, o que é e o que quer ser. É preciso que os valores e os ideais, as possibilidades e as práticas, os propósitos e os objectivos sejam uma folha de rota e não apenas uma figura de retórica. É primordial que saiba desfazer-se das ideias feitas, das imagens cansadas, dos lugares comuns, dos mitos gastos e das palavras mortas, de que a política também se faz, mas que a não podem ocupar, cobrindo, avassalando e secando o seu território.

Um *congresso* há-de ser o momento em que o nosso rosto vê a sua imagem no espelho do tempo. É fundamental que o nosso *congresso* seja um reencontro com a memória e as lições dela, um encontro com o novo e os reptos dele, mas também um desencontro, radical e sem recuo, com a ilusão de que o novo se constrói na infidelidade - ou mesmo na traição - a nós mesmos.

O PS precisa de ter, não apenas uma atitude política, mas também uma atitude cultural. Tem de ser *contemporâneo*, mas sabendo bem que o filósofo italiano Giorgio Agamben tem razão quando diz: *“Aquele que pertence deveras ao seu tempo, que é deveras contemporâneo é alguém que não coincide perfeitamente com ele nem se adapta às suas exigências e é por isso, nesse sentido, inactual; mas precisamente por isso, precisamente através do seu distanciamento e do seu anacronismo, é capaz de perceber e captar o seu tempo melhor do que outros. [...] Os que coincidem demasiado plenamente com a época, que condizem em todos os pontos perfeitamente com ela, não são contemporâneos, porque, precisamente por isso, não conseguem vê-la, não podem fixar o olhar sobre ela”*.

De entre os partidos da Internacional Socialista, o PS é o que está em melhores condições de afirmação e de relevância. **Na nossa história recente, com António Costa, o PS conseguiu salvar-se da insignificância po-**

lítica, da satelização ideológica, da claustrofobia existencial e da canibalização judicial. É indispensável que essa linha, ao mesmo tempo de prudência e ousadia, se assuma como uma direcção estratégica e não apenas como um engenho tático. É imprescindível que seja uma vontade antes de ser um recurso.

O PS precisa de se encontrar nas causas e nas pessoas que o podem afirmar e de se desencontrar daquelas que o negam, desmentem e destituem. Um partido com princípios é aquele que não faz de uma conveniência do presente um irreparável erro do futuro. Um partido com ideais é aquele que não confunde um necessário pragmatismo para a construção de soluções com um ilegítimo cinismo para a destruição de valores.

Este governo honra -nos, dignifica Portugal e serve os portugueses. Mas o PS precisa de governar ainda melhor, de ter políticas públicas eficazes e consequentes, de atacar o aumento inaceitável das desigualdades, de fazer força para desfazer o nó cego em que a Europa se tornou, de falar com clareza e coragem, de esclarecer para motivar e mobilizar mais, de captar, compreender e compor os sinais dispersos e invisíveis que anunciam boas mudanças, de provar uma ética política indubitável e coerente, consistente e constante.

O PS tem de estar preparado para se confrontar com a acidez do tempo, a aridez das ideias, a anomia social, a anemia política, a violência argentária, a grosseria reacionária, a vulgaridade populista, a disputa dos adversários e a agressão, às vezes alucinada, dos inimigos.

É fundamental que **o PS mostre todos os dias que é o partido do socialismo democrático (ou da social democracia)**. E que, com orgulho e lucidez, solidez e confiança em si, reafirme, com o exemplo e a prática, o que afirmou um dia o grande historiador Tony Judt: *“A social-democracia não representa um amanhã que canta nem um ontem que cantou. Mas, entre as opções políticas, é melhor do que qualquer outra ao nosso alcance”*.

Este é a convicção que nos faz reaver, reiterar e reassumir aquilo que fomos, somos e seremos: um partido que diz a liberdade para dizer a igualdade e a fraternidade. Mais: **um partido que favorece activamente a criação de novas formas de vida livre e de novas possibilidades de liberdade viva.** ■